

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO – ETP 029/2025

INFORMAÇÕES BÁSICAS: Processo Administrativo

RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO: Thamara David Raia, Reginaldo Alves Ribeiro e André Augusto Custódio

1. Descrição da Necessidade:

- 1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo análise e estudos da necessidade de segurança patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, para atender as instalações das dependências da nova sede da Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto e demais Unidades de Saúde. Tais estudos realizados visam identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos, pelo período de 12 meses, prorrogável até o prazo máximo de 10 anos, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 64/2023.
- 1.2.** O serviço objeto da análise é contínuo, visto que a demanda apresenta uma necessidade permanente e que, nesta situação findando o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim sucessivamente. Diante disto, o estudo preliminar será de caráter SIMPLIFICADO, nos termos do artigo 4º do Decreto Municipal nº 83/2024, que alterou a redação do artigo 27 do Decreto Municipal nº 64/2023.
- 1.3.** O serviço objeto da análise é caracterizado como comum, possuindo requisitos e padrões definidos objetivamente de acordo com as especificações usuais de mercado, conforme exposto no item 2.
- 1.4.** A análise almejada se faz necessária porque:
 - 1.4.1.** Visa garantir a segurança preventiva/ostensiva dos servidores e usuários dentro dos espaços, assim como proteger instalações e bens que integram o patrimônio público pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, mediante:
 - a) registro e controle do trânsito de pessoas e veículos nas dependências dos locais;
 - b) monitoramento da circulação de pessoas e nos ambientes vinculados às unidades;
 - 1.4.2.** A Secretaria Municipal da Saúde não possui servidor no cargo de agente de segurança disponível para realização dos serviços, não havendo concurso público para chamamento dos mesmos, visto o cargo se encontrar em vacância.

2. Descrição dos requisitos da contratação

2.1. Dos requisitos formais do processo licitatório:

- 2.2.** O objeto em análise se classifica como comum: “aquele cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, nos termos do inciso XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.
- 2.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com o art. 41 do Decreto Municipal nº 64, de 2023, pois a qualidade prevista não é superior a necessária para cumprir a finalidade a qual se destina.
- 2.4.** Por se tratar do objeto principal da contratação, não será permitida a subcontratação.
- 2.5.** Não será permitida a participação de pessoa física, de acordo com os requisitos da IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, dada a natureza do objeto em análise, que requer grande estrutura empresarial, contratação de equipe de profissionais, sendo o serviço incompatível com as habilitações supracitadas. Por este motivo, também não será admitida a participação de microempreendedor individual.
- 2.6.** Deverá ser solicitada a garantia da contratação, visto se tratar de serviço de dedicação exclusiva de mão de obra e o artigo 101 do Decreto Municipal nº 64/2023, prevê: “A contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra não poderá ser realizada sem a prestação de garantia, competindo à contratada eleger uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, observados eventuais parâmetros previstos no edital da licitação.
- 2.6.1.** Por tratar-se de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, conhecido por seu elevado risco de passivos trabalhistas, considerando a necessidade de garantir o cumprimento ao pagamento das verbas rescisórias, evitando possível inadimplemento, conforme Inciso I do Artigo 121 da lei 14.133 de 2021, optou-se pela solicitação de garantia contratual de 10%.
- 2.7.** O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, conforme disposto em legislação vigente e desde que seja demonstrada a vantajosidade e interesse da Administração e Contratada na continuidade dos serviços.
- 2.8.** Deverá constar na Minuta do Contrato, cláusula referente à repactuação como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da análise da

variação dos custos contratuais, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

- 2.9.** O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global devido à natureza do objeto a ser licitado, que possui quantidade fixa e determinada de postos de vigilância a serem contratados.
- 2.10.** Documentos de habilitação jurídica:
- 2.11.** Considerando que o objeto da licitação pretendida se refere à realização de serviços continuados de vigilância desarmada com o fornecimento de materiais e equipamentos, o inciso IV do artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 prevê, entre outros aspectos, a participação de cooperativas em certames, quando o objeto da licitação se referir “a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, porém, a Lei 14.967/2024, em seu artigo 2º, § único: “É vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma”, portanto não será permitida a participação de Cooperativas.
- 2.12.** Será exigido a Qualificação Econômico-Financeira, nos termos do artigo 69 da Lei nº 14.133, de 2021. Será exigido apenas a certidão negativa de insolvência civil no caso de sociedades simples e certidão negativa de falência. Também é necessária a apresentação de balanço patrimonial comprovando patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação e índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) a fim de comprovar a capacidade jurídica e financeira dos licitantes para cumprirem as obrigações contratuais, assegurando a execução adequada do objeto da licitação.
- 2.13.** A licitante, como prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou fornece bens compatíveis com a proposta apresentada ou está fornecendo, produtos de mesma natureza e/ou similares aos da presente licitação.
- 2.14.** Para efeito desta condição, o quantitativo total atestado deve comprovar o mínimo de até 50% (cinquenta por cento) das quantidades descritas no objeto deste Termo de

Referência, nos termos do §2º do art. 67 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo permitida a soma de atestados.

2.15. Do Objeto:

Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial com a finalidade de exercer preventivamente a proteção do patrimônio e das pessoas que se encontram nos limites da localidade a ser vigiada, com a efetiva cobertura na nova Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto e Unidades de Saúde. O objeto deverá ser executado em conformidade com a legislação aplicável aos serviços de segurança e vigilância patrimonial, em especial a Lei Federal nº 14.967/24.

2.16. Das obrigações e responsabilidades da Contratada:

A prestação de serviços de vigilância/segurança patrimonial, nos termos da Lei Federal nº 14.967/24, com a efetiva cobertura dos postos escalados para o local indicado acima.

2.17. A empresa de vigilância deverá ter seu funcionamento autorizado, controlado e fiscalizado pelo Departamento de Polícia Federal, órgão competente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme art. 4º da Lei 14.967, de 09 de setembro de 2024;

2.18. Em que pese o prazo de 03 anos dado pela Lei 14.967/24 para que as empresas que prestam serviços de vigilância estejam adequadas à nova legislação, por tratar-se de contratação de serviço continuado, prorrogável por até 10 anos conforme Lei 14.133/2021, será exigido da empresa vencedora, caso ainda não esteja em conformidade com a lei 14.967/2024, Declaração firmando compromisso de que, findo o prazo legal, estará totalmente adequada à nova legislação.

2.19. A empresa de vigilância deverá cumprir os procedimentos e os documentos necessários do processo de autorização de funcionamento das empresas do setor;

2.20. Para a Prestação dos Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, a Contratada obriga-se a:

2.21. Implantar as atividades no prazo estabelecido para início dos serviços nos respectivos locais e horários fixados pelo Contratante.

2.22. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

- 2.23. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
- 2.24. Comprovar a formação técnica específica dos Vigilantes mediante apresentação do certificado de curso de formação de Vigilantes e Carteira Nacional, expedidos por instituição devidamente habilitada e reconhecida.
- 2.25. Comprovar obediência à periodicidade legalmente estabelecida quanto ao curso de reciclagem.
- 2.26. Disponibilizar Vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, devendo estar adequadamente uniformizados e portando crachá com foto recente.
- 2.27. Efetuar imediatamente a reposição de Vigilantes nos postos em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).
- 2.28. Comunicar à unidade do Contratante que administra o contrato toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando os serviços.
- 2.29. Assegurar que todo Vigilante que cometer falta disciplinar não seja mantido no posto ou em quaisquer outras instalações do Contratante.
- 2.30. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- 2.31. Instruir seus Vigilantes quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante.
- 2.32. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 2.33. Manter controle de frequência e pontualidade de seus Vigilantes sob contrato.
- 2.34. "Propiciar aos Vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:
 - a) Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam e às condições climáticas, envolvendo, obrigatoriamente:

- Apito com cordão;
- Emblema da empresa;
- Plaqueta ou crachá de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de 1 (um) ano, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV), fotografia colorida em tamanho 3x4 e a data de validade.

b) Equipamentos e materiais necessários, tais como equipamentos de intercomunicação, lanternas recarregáveis e livros de capa dura numerados tipograficamente para o registro de ocorrências.

- 2.35.** Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamento de benefícios e encargos.
- 2.36.** Fornecer, obrigatoriamente, os auxílios e benefícios previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.
- 2.37.** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos.
- 2.38.** Indicar um supervisor para realizar semanalmente, em conjunto com o Contratante, o acompanhamento técnico das atividades, visando à qualidade da prestação dos serviços.
- 2.39.** Os supervisores da Contratada deverão obrigatoriamente inspecionar os postos no mínimo uma vez por semana.
- 2.40.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.
- 2.41.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.
- 2.42.** A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas que tratem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada.
- 2.43.** Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.
- 2.44.** Autorização de Funcionamento válida emitida pela Polícia Federal.

2.45. A contratada deverá alocar na execução dos serviços, vigilantes devidamente habilitados, com curso de formação ou reciclagem em dia e que atendam a todos os requisitos para o exercício da profissão, nos termos da legislação vigente.

2.46. Dos materiais a serem utilizados na rotina de serviço:

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Crachá ou distintivo de identificação pessoal, uma unidade por vigilante, autenticado pela empresa, com validade de 1 (um) ano, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV), fotografia colorida em tamanho 3x4 e a data de validade.

2.47. Cassetete, pelo menos uma unidade por vigilante;

2.48. Porta Cassetete, pelo menos uma unidade por vigilante;

2.49. Lanterna recarregável, uma unidade por posto;

2.50. Livro de Ocorrências, uma unidade por local, sendo ao seu término automaticamente substituído;

2.51. Apito, uma unidade por vigilante;

2.52. Cordão de apito, uma unidade por vigilante;

2.53. Dos Requisitos de Sustentabilidade

A prestadora de serviços deverá seguir critérios e práticas de sustentabilidade, entre eles:

- Empregar o uso de lanternas recarregáveis;
- Em atendimento à Resolução CONAMA nº 401, de 05 de novembro de 2008, e às Leis Estadual (nº 12.300/2006) e Federal (nº 12.305/2010) de Resíduos Sólidos e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como à Resolução SMA nº 45/2015, o Contratante deverá entregar as pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos nos pontos de coleta credenciados e inseridos em rede de programa de responsabilidade pós-consumo do setor de pilhas e baterias.

2.54. Dos requisitos sobre normas trabalhistas e convenções coletivas:

Conforme Art. 193 da CLT, em redação dada pela Lei nº 12.740/12, *“São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem*

risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. A atividade de vigilância é considerada de risco. Por esse motivo deverá ser pago o adicional de periculosidade no grau máximo, isto é, 30% (trinta por cento).

- 2.55.** Os serviços além de continuados também devem ser prestados ininterruptamente; razão pela qual há previsão no Termo de Referência para haver escala de revezamento com plantão de 12 horas com 36 horas de descanso, mantendo-se vigilantes em postos estratégicos 24 horas por dia, 7 dias por semana, tanto no período diurno como no noturno.
- 2.56.** Como haverá prestação de serviço noturno, ou seja, entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, deverá ser pago adicional noturno aos profissionais que trabalharem nesse turno, por força do art. 73 da CLT.
- 2.57.** Como haverá jornada de trabalho de 12 horas, também poderá haver indenização das horas intrajornada (horas de repouso), com base no § 4º do art. 71 da CLT, caso não haja substituto no período de descanso. Isso porque os postos de trabalho com escala 12x36 não podem ficar descobertos durante a execução do serviço e que a empresa deve conceder ou indenizar o intervalo intrajornada o que implica em providenciar um substituto para cobrir o posto durante o intervalo, conforme art. 59-A da Lei nº 13.467/2013.
- 2.58.** Os vigilantes possuem representação sindical na base territorial do município de Ribeirão Preto/SP, assim como existe o sindicato patronal das empresas especializadas em serviços de segurança privada. Os referidos sindicatos celebram anualmente convenção coletiva de trabalho pela qual definem salário-base (piso) e outros benefícios. Logo, trata-se de contratação com previsão de reajuste (repactuação) periódica, haja vista que não podem ser pagos salários inferiores aos que são definidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho, se existente, e quando aplicáveis aos profissionais contratados.
- 2.59. a Descrição do Serviço:**
Os serviços serão prestados pela Contratada na nova Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto e em Unidades de Saúde, nos seguintes regimes e escalas:
- 2.60.** Regimes do posto:
- 2.61.** - Vigilante desarmado.

2.62. Escalas:

- 2.63.** - 12 horas diárias diurno e 12 horas diárias noturno, de 2ª feira a domingo na Sede da SMS e na Divisão de Vigilância Ambiental em Saúde;
- 2.64.** – 12 horas diárias diurno, de 2ª feira a domingo, nas unidades pré-determinadas;
- 2.65.** A unidade de medida utilizada para a contratação dos postos de serviços é o Posto/dia, entendendo-se por Posto/dia o trabalho de 1 (um) Vigilante em 1 (um) local determinado por certo período.
- 2.66.** Somente serão considerados, para fins de pagamento, os dias efetivamente trabalhados, multiplicados pelo valor unitário do Posto/dia.
- 2.67.** A Prestação dos Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial nos postos fixados pela Contratante envolve a alocação, pela Contratada, de profissionais devidamente habilitados, portando obrigatoriamente a respectiva Carteira Nacional de Vigilantes, nos termos da legislação vigente e capacitados para:
- 2.68.** Assumir o posto devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- 2.69.** Comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer anormalidades verificadas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 2.70.** Comunicar à área de segurança do Contratante todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio;
- 2.71.** Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;
- 2.72.** Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Ambiental, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse;
- 2.73.** Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida do Contratante, bem como aquelas que entender como oportunas;
- 2.74.** Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

- 2.75. Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada da pessoa, seus dados serão anotados no ato e o documento devolvido imediatamente ao interessado, conforme disposto na Lei Federal nº 9.453/1997;
- 2.76. Fiscalizar a entrada e a saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- 2.77. Fiscalizar a entrada e a saída de materiais mediante conferência das notas fiscais ou de controles próprios do Contratante;
- 2.78. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante. Facilitar, no que for possível, a atuação das mesmas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 2.79. Controlar a entrada e a saída de veículos, empregados, funcionários e visitantes após o término de cada expediente de trabalho, em feriados e fins de semana, na conformidade do que venha a ser estabelecido pelo Contratante;
- 2.80. Proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados às instalações sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo Contratante;
- 2.81. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao Contratante;
- 2.82. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e a imediações que provoque ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 2.83. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;
- 2.84. Não se ausentar do posto;
- 2.85. Executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme a orientação recebida do Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e as providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;
- 2.86. Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança;
- 2.87. Repassar ao(s) Vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.

- 2.88.** A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pelo Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes.
- 2.89.** As ações dos Vigilantes devem se restringir aos limites das instalações do Contratante e estar circunscritas à sua área de atuação estabelecida pela legislação específica.
- 2.90.** Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

3. Estimativa de Quantidades

- 3.1.** A quantidade de profissionais que irão atuar nos locais abrangidos por esta contratação foi estabelecida com base nas características das atividades desenvolvidas (CBO 5173-30), tamanho/porte das unidades e horário de funcionamento do local. Considera-se também, para a definição do contingente necessário, que todos os locais contam com Sistema de Alarme e CFTV com monitoramento 24 horas.

Unidades Básicas de Saúde:

- 3.1.1.** Foram selecionadas as Unidades de Saúde com demanda mais crítica por segurança, locais em que apenas o sistema de alarme e monitoramento se fazem insuficientes para dissuadir a ocorrência de crimes.
- 3.1.2.** Para a maior parte das Unidades Básicas de Saúde, torna-se necessária a presença de apenas de 01 vigilante no local no período diurno com o intuito de inibir atitudes hostis, seja por parte dos usuários, seja por parte dos funcionários do local e para controle de entrada e saída da unidade, sendo as únicas exceções a UBS Jardim João Rossi que necessita também de 01 vigilante a mais no período noturno dada as peculiaridades do local e a UBS Parque Ribeirão Preto, que pelo fato de funcionar até as 21h precisará de 02 vigilantes diurnos para cobrir o horário.

Outros Locais:

- 3.1.3. Para a Sede da SMS, permanecem as características das unidades de saúde, porém, acrescenta-se o fato de que no local há estacionamento com grande circulação de veículos, necessitando também que haja um vigilante para o controle do estacionamento. Será necessário o contingente operacional de 02 (dois) vigilantes no período diurno e 02 (dois) vigilante no período noturno.
- 3.1.4. Para a Divisão de Vigilância Ambiental em Saúde, pelo tamanho e característica do local, que possui mais de 2500 m² de área construída e 15.706 m² de área total, com duas entradas que necessitam de controle de fluxo, torna-se necessário que haja 02 (dois) vigilantes 24 horas.
- 3.1.5. Para o prédio da Gerência do Sub-Almoxarifado da Saúde e Gerência de Farmácia, considerando o armazenamento de materiais de alto valor no local, torna-se necessário que haja 01 (um) vigilante 24 horas.
- 3.1.6. Para a Base do Samu da Rua João Nutti, considerando que o local funciona 24h por dia, com fluxo ininterrupto de funcionários e frota de veículos da prefeitura, se faz necessário 01 (um) vigilante 24 horas.
- 3.1.7. Para o Centro de Referências de Especializadas Central localizado na rua Prudente de Moraes, 35, considerando a área de maior periculosidade da instalação, situado na “baixada” próximo ao Mercado Central e da Rodoviária, local com grande incidência de furtos, se faz necessário 01 (um) vigilante 24 horas.
- 3.1.8. Para a instalação da Gerência de Transportes da saúde, localizda na rua Tamandaré, considerando a extensa área de de 5.815 m² do local, considerando que o local possui funcionamento de 24h por dia e considerando que o local abrigará a frota de veículos da Secretaria da Saúde e também materiais da Seção de Manutenção e Obra, torna-se necessário que haja 02 (dois) vigilantes 24 horas.
- 3.1.9. Para a UBDS Castelo Branco, CAPS III Oeste e Centro Especializado de Reabilitação, se faz necessário 01 (um) vigilante 24 horas para cada local.

3.2 Tabela Sintética

Local	Horário do serviço	Quantidade de postos de vigilância diurno	Quantidade de postos de vigilância noturno
Unidades Básicas de Saúde			
UBS Jardim Aeroporto – Centro de Saúde Escola Barão de Mauá – Substituição ao Processo de Compras nº 514/2022, Pregão Eletrônico nº 264/2022, Contrato 228/2022 - Início da vigência: 02/12/2025	06h às 18h	1	
UBS Adão do Carmo – Dr. Luiz Philipe Tinoco Cabral - Substituição ao Processo de Compras nº 1025/2023 – Pregão Eletrônico nº 557/2023, Contrato 338/2023 - Início da vigência: 06/01/2026	06h às 18h	1	
UBS Jardim Presidente Dutra – Dr. Sérgio Botelho da Costa Moraes - Substituição ao Processo de Compras nº 514/2022 – Pregão Eletrônico nº 264/2022, Contrato 229/2022 - Início da vigência: 02/12/2025	06h às 18h	1	
UBS Marincek – Albert Sabin – Substituição ao Processo de Compras nº 514/2022, Pregão Eletrônico nº 264/2022, Contrato 228/2022 - Início da vigência: 02/12/2025	06h às 18h	1	
UBS Parque Ribeirão Preto – Waldemar Barnsley Pessoa - Substituição ao Processo de Compras nº 1025/2023 – Pregão Eletrônico nº 557/2023, Contrato 338/2023 - Início da vigência: 06/01/2026	1 - 6h às 18h 1 - 10h às 22h	2	
UBS Vila Recreio – Adalberto Teixeira Andrade - Substituição ao Processo de Compras nº 514/2022 – Pregão Eletrônico nº 264/2022, Contrato 229/2022 - Início da vigência: 02/12/2025	07h às 19h	1	
UBS Vila Albertina – Dr. Álvaro Panazzolo - Substituição ao Processo de Compras nº 514/2022 – Pregão Eletrônico nº 264/2022, Contrato 229/2022 - Início da vigência: 02/12/2025	06h às 18h	1	
UBS Maria Casagrande Lopes – Ernesto Che Guevara - Substituição ao Processo de Compras nº 36/2022 – Pregão Eletrônico nº 16/2022, Contrato 41/2022 - Início da vigência: 25/04/2026	06h às 18h	1	
UBS Jardim João Rossi - Prof. Dr. Jacob Renato Woiski *unidade atualmente sem contrato, com servidores realizando a vigiânica	1- 06h às 18h 1- 18h às 06h	1	1
UBS Vila Mariana - Oswaldo Cruz *unidade atualmente sem contrato	06h às 18h	1	

USF Jardim Heitor Rigon - Dr. Luiz Gonzaga Olivério *unidade atualmente sem contrato	06h às 18h	1	
UBS Simioni - Alexander Fleming *unidade atualmente sem contrato	06h às 18h	1	
UBS Ribeirão Verde - Herbert de Souza - Betinho *unidade atualmente sem contrato	07h às 19h	1	
Outras unidades			
Sede da Secretaria Municipal de Saude	2 - 7h às 19h 2 - 19h às 7h	2	2
Gerência de Vigilância Ambiental em Saúde – Substituição ao Processo de Compras nº 258/2023, Pregão Eletrônico nº 117/2023, Contrato 161/2023 - Início da vigência: 24/11/2025	2 - 7h às 19h 2 - 19h às 7h	2	2
Gerência do Sub-Almoxarifado da Saúde e Gerência de Farmácia – Substituição ao Processo de Compras nº 514/2022, Pregão Eletrônico nº 264/2022, Contrato 228/2022 - Início da vigência: 02/12/2025	1 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	1	1
Base do Samu - Substituição ao Processo de Compras nº 1025/2023 – Pregão Eletrônico nº 557/2023, Contrato 333/2023 - Início da vigência: 06/01/2026	1 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	1	1
CRE Central - Substituição ao Processo de Compras nº 36/2022 – Pregão Eletrônico nº 16/2022, Contrato 41/2022 - Início da vigência: 25/05/2026	1 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	1	1
Gerência de Transportes da Saúde - Substituição ao Processo de Compras nº 639/2024 – Pregão Eletrônico nº 343/2024, Contrato 41/2025 - Início da vigência: 22/03/2026	2 - 7h às 19h 2 - 19h às 7h	2	2
NGA-59 - Núcleo de Gestão Assistencial *unidade atualmente sem contrato, com servidores realizando a vigiânica	2 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	2	1
UBDS Castelo Branco - Dr. Ítalo Baruffi *unidade atualmente sem contrato, com servidores realizando a vigiânica	1 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	1	1
CAPS III Oeste - Dr. André Santiago *unidade atualmente sem contrato, com servidores realizando a vigilância no período diurno	1 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	1	1

Centro Especializado de Reabilitação - CER - Dr. Jayme Nogueira Costa	1 - 7h às 19h 1 - 19h às 7h	1	1
*unidade atualmente sem contrato e em obra. Contrato se inicia na data da inauguração da unidade.			

3.3 Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida posto/dia, sendo o preço mensal e anual calculado de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços anexa ao Termo de Referência. A fixação dos valores limites para os serviços de vigilância e os estudos de fatores de formação de custos para o estabelecimento de preços mínimos e máximos são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS.

4. Levantamento de Mercado

4.1. Visando buscar a alternativa de maior vantajosidade econômica será feita a comparação de custos entre diferentes alternativas para atendimento da demanda.

4.2. Embora não haja disponibilidade de novos agentes de segurança no quadro de servidores, sendo esta alternativa indisponível para o atendimento imediato da demanda em análise, será comparado os custos próprios da PMRP com a manutenção de servidores para a execução do serviço em relação aos custos estimados com a contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada.

4.3. Custos próprios da PMRP com Agentes de Segurança

4.4. Para o cálculo de custos próprios da PMRP com servidores foi considerado o valor médio do custo de um Agente de Segurança em início de carreira (nível 04.1.01) e um Agente de Segurança em nível mais avançado de carreira (nível 04.4.01), recebendo quinquênios e

sexta-parte referentes a 20 anos, de modo a estimar um custo médio realista com a manutenção do quadro de servidores para atendimento da demanda.

CARGO	Agente de Segurança classe I	Agente de Segurança classe IV	Média
Jornada semanal	40	40	40
Vr.Grat.Anexo V (LC 2843/17)	R\$ 1.851,88	R\$ 2.999,36	R\$ 2.425,62
Jornada mensal			
Vencimento	R\$ 2.370,40	R\$ 3.839,17	R\$ 3.104,79
GEA (25%)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Insalubridade (20%)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Gratificação de Função	R\$ 555,56	R\$ 899,81	R\$ 727,69
Outros Prêmios e Gratif.	R\$ -	R\$ 1.146,25	R\$ 573,13
BRUTO	R\$ 2.925,96	R\$ 5.885,23	R\$ 4.405,60
Vale Alimentação	R\$ 1.934,99	R\$ 1.934,99	R\$ 1.934,99
BENEFÍCIOS	R\$ 1.934,99	R\$ 1.934,99	R\$ 1.934,99
Provisão - Férias (1/12 + 1/3)	R\$ 325,11	R\$ 653,91	R\$ 489,51
Provisão - 13º Salário (1/12)	R\$ 243,83	R\$ 490,44	R\$ 367,13
SASSOM (Patronal - 7%)	R\$ 244,64	R\$ 492,07	R\$ 368,36
IPM (Patronal - 28%) LC 2988/19	R\$ 731,98	R\$ 1.212,29	R\$ 972,14
ENCARGOS	R\$ 1.545,57	R\$ 2.848,71	R\$ 2.197,14
CUSTO UNITÁRIO MENSAL	R\$ 6.406,52	R\$ 10.668,93	R\$ 8.537,72

4.5. Este valor será usado para o cálculo dos dois postos de vigilância diurnos e um posto noturno (este acrescido do valor do adicional noturno). Também serão considerados os valores dos insumos por postos de vigilância (conforme tabela CADTERC) e valor para cobertura de férias e Licença-prêmio dos servidores através de plantões, sendo estimado em 600 h mensais de cobertura o que resulta em 50 plantões de 12h por mês.

Descritivo	Qtd.	Valor mensal	Valor mensal total	Valor total anual
Posto diurno	28	R\$ 17.075,45	R\$ 478.112,57	R\$ 5.737.350,80
Posto noturno	14	R\$ 18.045,70	R\$ 252.639,74	R\$ 3.031.676,91
Insumos	42	R\$ 257,17	R\$ 10.801,14	R\$ 129.613,68
Cobertura de férias e ausências	50	R\$ 326,01	R\$ 16.300,50	R\$ 195.606,00
TOTAL			R\$ 757.853,95	R\$ 9.094.247,39

4.6. **Custos com contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada**

4.7. Para a estimativa do valor dos custos com contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada será considerado o valor do CadTerc vol. 01 de 2024, atualizado em set/2024 e cotação obtida junto a empresa fornecedora do serviço.

Contrato 161/2023						
LOTE	ITEM	DESCRIPTIVO	QTDE. DE POSTOS	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR MENSAL TOTAL (valor mensal por posto x quantidade de postos)	VALOR ANUAL DO ITEM (valor mensal total x 12 meses)
1	1.1	Posto diurno	2	R\$ 9.841,21	R\$ 19.682,43	R\$ 236.189,14
	1.2	Posto noturno	1	R\$ 11.052,42	R\$ 11.052,42	R\$ 132.629,04
Total						R\$ 368.818,18

CadTerc Vol. 01 (2025)				
	Qtd.	Valor mensal por posto	Valor mensal total	Valor anual total
Posto diurno	28	R\$ 16.476,02	R\$ 461.328,56	R\$ 5.535.942,72
Posto noturno	14	R\$ 18.892,93	R\$ 264.501,02	R\$ 3.174.012,24
Total			R\$ 725.829,58	R\$ 8.709.954,96

Contrato 161/2023				
	Qtd.	Valor mensal por posto	Valor mensal total	Valor anual total
Posto diurno	28	R\$ 9.841,21	R\$ 275.553,88	R\$ 3.306.646,56
Posto noturno	14	R\$ 11.052,42	R\$ 154.733,88	R\$ 1.856.806,56
Total			R\$ 430.287,76	R\$ 5.163.453,12

Orçamento empresa 1				
	Qtd.	Valor mensal por posto	Valor mensal total	Valor anual total
Posto diurno	28	R\$ 14.000,00	R\$ 392.000,00	R\$ 4.704.000,00
Posto noturno	14	R\$ 16.000,00	R\$ 224.000,00	R\$ 2.688.000,00
Total			R\$ 616.000,00	R\$ 7.392.000,00

Média				
	Qtd.	Valor mensal por posto	Valor mensal total	Valor anual total
Posto diurno	28	R\$ 13.439,08	R\$ 376.294,15	R\$ 4.515.529,76
Posto noturno	14	R\$ 15.315,12	R\$ 214.411,63	R\$ 2.572.939,60
Total			R\$ 590.705,78	R\$ 7.088.469,36

4.8. Quadro comparativo

Quadro comparativo		
	Mensal	Anual
Custo próprio PMRP com Agentes de Segurança	R\$ 757.853,95	R\$ 9.094.247,39
Custo médio de contrato com empresa especializada em serviços de vigilância desarmada	R\$ 590.705,78	R\$ 7.088.469,36
Diferença	R\$ 167.148,17	R\$ 2.005.778,03

4.9. Diante dos valores expostos, verifica-se, portanto, a vantajosidade econômica da contratação de empresa especializada em serviços de vigilância desarmada.

5. Estimativa do valor da contratação

- 5.1. O valor anual estimado para a contratação em tela é de R\$ 7.088.469,36 (Sete milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos)

Item	Local	Quantidade de postos de vigilância diurno	Quantidade de postos de vigilância noturno	Valor mensal	Valor anual
1	UBS Jardim Aeroporto – Centro de Saúde Escola Barão de Mauá	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
2	UBS Adão do Carmo – Dr. Luiz Philipe Tinoco Cabral	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
3	UBS Jardim Presidente Dutra – Dr. Sérgio Botelho da Costa Moraes	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
4	UBS Marincek – Albert Sabin	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
5	UBS Parque Ribeirão Preto – Waldemar Barnsley Pessoa	2		R\$ 26.878,15	R\$ 322.537,84
6	UBS Vila Recreio – Adalberto Teixeira Andrade	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
7	UBS Vila Albertina – Dr. Álvaro Panazzolo	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
8	UBS Maria Casagrande Lopes – Ernesto Che Guevara	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
9	UBS Jardim João Rossi - Prof. Dr. Jacob Renato Woiski	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
10	UBS Vila Mariana - Oswaldo Cruz	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
11	USF Jardim Heitor Rigon - Dr. Luiz Gonzaga Olivério	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
12	UBS Simioni - Alexander Fleming	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
13	UBS Ribeirão Verde - Herbert de Souza - Betinho	1		R\$ 13.439,08	R\$ 161.268,92
14	Sede da Secretaria Municipal de Saude	2	2	R\$ 57.508,39	R\$ 690.100,64
15	Gerência de Vigilância Ambiental em Saúde	2	2	R\$ 57.508,39	R\$ 690.100,64
16	Gerência do Sub-Almoxarifado da Saúde e Gerência de Farmácia	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
17	Base do Samu	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
18	CRE Central	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
19	Gerência de Transportes da Saúde	2	2	R\$ 57.508,39	R\$ 690.100,64
20	NGA-59 - Núcleo de Gestão Assistencial	2	1	R\$ 42.193,27	R\$ 506.319,24
21	UBDS Castelo Branco - Dr. Ítalo Baruffi	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
22	CAPS III Oeste - Dr. André Santiago	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
23	Centro Especializado de Reabilitação - CER - Dr. Jayme Nogueira Costa	1	1	R\$ 28.754,19	R\$ 345.050,32
	TOTAL			R\$ 590.705,78	R\$ 7.088.469,36

- 5.2. As pesquisas de preços estimadas deverão ser aprimoradas quando da elaboração do Termo de Referência e seus anexos, uma vez que tais documentos contemplarão em detalhes a solução a ser contratada.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução selecionada deve incluir todos os elementos necessários para, de forma integrada, gerar o resultado pretendido de modo a atender a demanda em análise.
- 6.2. A solução principal, expressa de modo, envolve a contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de vigilância desarmada.
- 6.3. A esta solução principal são agregados elementos anexos, como requisitos do contrato, a fim de atender demanda de forma contínua, durante todo o seu ciclo de vida, de modo a não ficar “partes faltantes” ao longo da vigência contratual, em situações que envolvam o fornecimento de insumos, direitos trabalhistas, reposição de funcionários, treinamentos obrigatórios etc, que são os principais problemas que costumam surgir ao longo do tempo para esse tipo de contrato. Estes elementos são elencados no item 2.16, Das obrigações e responsabilidades da Contratada, com destaque para os requisitos abaixo:
- 6.4. A contratada deverá prover os uniformes (item 2.36), acessórios e equipamentos dos vigilantes (item 2.48), bem como suas trocas e substituições quando necessário.
- 6.5. A contratada deverá providenciar os cursos de formação e reciclagem dos vigilantes, conforme itens, bem como a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes designados para os postos de serviço.
- 6.6. A contratada deverá providenciar a reposição dos vigilantes em caso de ausência, sendo vedado a prorrogação de jornada de trabalho.
- 6.7. A contratada deverá providenciar o pagamento dos benefícios e encargos de seus funcionários, apresentando à contratada os comprovantes para fiscalização.
- 6.8. A contratada deverá indicar supervisor para acompanhamento semanal, em conjunto com o contratante, a supervisão e acompanhamento técnico das atividades.
- 6.9. A contratada deverá, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas

judiciais ajuizadas que tratem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada.

- 6.10. A contratada deverá manter autorização de funcionamento e certificado de segurança expedidos pela Polícia Federal (PF), nos termos vigentes.
- 6.11. A contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.
- 6.12. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.
- 6.13. Todas estas obrigações contratuais elencadas serão fiscalizadas por fiscal designado pela contratada, de modo a garantir o provimento da solução de modo contínuo e ininterrupto, notificando a empresa contratada quando algum elemento necessário estiver faltando, de modo a garantir a prestação do serviço em sua integralidade.
- 6.14. Não se verifica outras “partes faltantes” que devam ser agregadas à solução principal a ser contratada, contratadas separadamente ou providenciadas pela própria administração municipal.

7. Justificativa para Exigência de Acréscimo de 20% na Qualificação Econômico-Financeira de Consórcios

Considerando a natureza do objeto licitado — serviços de vigilância patrimonial desarmada a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra —, verifica-se que a contratação envolve elevado grau de responsabilidade, com risco potencial de geração de passivos trabalhistas e previdenciários, além da necessidade de manter a continuidade e regularidade da prestação do serviço.

Nos termos do art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, quando admitida a participação de empresas em consórcio, a Administração poderá exigir dos consórcios capacidade técnica e econômico-financeira superiores em até 30% àquela exigida das empresas que participem de forma individual.

A formação de consórcios, embora contribua para a ampliação da competitividade, aumenta a complexidade da gestão e da execução contratual, demandando maior coordenação entre as empresas consorciadas e representando risco mais elevado de inadimplemento contratual. Por essa razão, exige-se que os consórcios demonstrem capacidade econômico-financeira acrescida em 20% em relação aos requisitos exigidos individualmente, medida esta que:

- reforça a garantia de que as empresas consorciadas terão condições de suportar os encargos trabalhistas e previdenciários inerentes à atividade;

- assegura maior robustez financeira e operacional, compatível com os riscos envolvidos;
- mitiga o risco de interrupção ou execução inadequada dos serviços, resguardando o interesse público e a continuidade do serviço essencial.

Dessa forma, a exigência mostra-se juridicamente amparada e tecnicamente justificada, alinhando-se aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da eficiência e da proteção ao interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Em atenção ao disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o dever de avaliar a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica do parcelamento do objeto nas contratações públicas, foi realizada análise específica no âmbito deste processo.

O objeto da presente contratação refere-se à prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem realizados nas dependências da Secretaria Municipal da Saúde e suas unidades vinculadas. Trata-se de serviço com características uniformes e padronizadas, cuja execução exige padronização operacional, coordenação centralizada e controle unificado por parte da contratante.

A divisão do objeto em lotes ou parcelas distintas, ainda que tecnicamente viável, não se mostrou economicamente vantajosa nem operacionalmente eficiente, considerando os seguintes fatores:

1. A fragmentação da contratação acarretaria maior complexidade administrativa e aumento do custo de fiscalização, uma vez que demandaria múltiplos contratos, diferentes cronogramas de execução e equipes gestoras distintas;
2. O parcelamento comprometeria a homogeneidade dos padrões de qualidade e atendimento, uma vez que cada fornecedor poderia adotar procedimentos distintos, dificultando o controle da prestação dos serviços;
3. A contratação em lote único viabiliza economia de escala, pela diluição de custos administrativos e operacionais (supervisão, treinamento, gestão de pessoal), o que tende a resultar em propostas com melhor vantajosidade global;
4. A própria natureza do objeto, contínua e integrada em diversas unidades, exige controle centralizado e disponibilidade imediata de substituições, o que é mais eficientemente assegurado por meio de contrato com único fornecedor.

Diante disso, entende-se que o não parcelamento do objeto encontra respaldo técnico e jurídico, conforme previsto no art. 47, §1º, II da Lei nº 14.133/21, privilegiando os princípios da economicidade, eficiência e melhor atendimento ao interesse público.

9. Resultados pretendidos

A presente contratação visa atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial desarmada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança de locais subordinados à Secretaria Municipal de Saude de Ribeirão Preto, não permitindo a

depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que causem dano ao patrimônio. Assegura também a integridade física dos servidores que desempenham atividades, bem como os terceirizados e demais usuários que eventualmente transitam nas instalações e dependências desse local decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria unidade, a qualquer hora, no ambiente de trabalho.

10. Providências a serem adotadas

- 10.1.** Caso a contratação surta seus efeitos, o contrato será acompanhado pelo setor de Gestão de Contratos e Convênios da Secretaria da Saúde- GCC, que apoia o fiscal do contrato e faz a gestão do mesmo.
- 10.2.** Considerando que existem riscos de a contratação restar prejudicada caso os ajustes não ocorram em tempo o contrato deverá ser prorrogado de forma excepcional enquanto a licitação não restar concluída;
- 10.3.** Um plano de ação que contém a atividade, responsável pela atividade, data de início e data de término já existe no setor GCC, através de procedimentos operacionais padrão para casos semelhantes.

<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/saude/pop>)

11. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

12. Justificativa da Viabilidade

A contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada para sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rua Duque de Caxias, 675 e demais unidades da SMS é viável. Há a viabilidade econômica, com custos estimados 15,74% menores do que a opção por prover os serviços com servidores próprios da PMRP. Além disso verifica-se também viabilidade operacional, uma vez que a solução por servidores próprios não está disponível para execução imediata, considerando a falta de novos servidores e de processo seletivo em andamento, e considerando também a maior eficácia operacional na execução do serviço por parte de uma empresa privada especializada no setor.

Ribeirão Preto, 01 de dezembro de 2025.

João Paulo Lula Lublanski
Subsecretário de Infraestrutura e Suporte Operacional

Maurício Godinho
Secretário Municipal da Saúde